



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Abril – 2012

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);
Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);

Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas –
Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES);

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista
CNPq/PIBIC).



Observatório de Política Externa Brasileira

No mês de abril, a Política Exterior Brasileira esteve em destaque nos comentários e editoriais veiculados nos periódicos analisados por este Observatório devido à viagem oficial da presidente brasileira Dilma Rousseff aos Estados Unidos. Neste contexto, foram amplamente discutidas as relações bilaterais de Brasil e Estados Unidos, enfatizando-se os acordos de cooperação entre os dois países e pontuando as diferenças entre o governo de Dilma Rousseff e de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, na condução da política externa brasileira em relação ao país norte-americano.

Foi também muito comentada a 6ª edição da Cúpula das Américas, realizada em Cartagena, na Colômbia na qual a readmissão de Cuba foi a principal questão em pauta na reunião. Além disso, os periódicos observados trouxeram comentários a respeito da política econômica adotada pelo governo de Dilma Rousseff, tanto em plano externo como interno, para solucionar distúrbios ocasionados pela crise econômica internacional.

Brasil e Estados Unidos

A visita da presidente brasileira, Dilma Rousseff, aos Estados Unidos em 1º de abril foi o principal fato comentado pelos periódicos analisados pelo Observatório. O Jornal *O Estado de S. Paulo*, ao avaliar a agenda da visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, considerou que poucos assuntos importantes foram tratados neste encontro. As grandes questões comerciais foram deixadas de lado, à exceção da suspensão da compra de aviões da Embraer pela Força Aérea dos Estados Unidos, tema de conversa reservada.

Em entrevista coletiva, depois do encontro reservado, a presidente Dilma Rousseff retomou sua oposição à política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, protestando, mais uma vez, contra a grande emissão de dinheiro, e aproveitou a ocasião para apontar aos líderes dos países desenvolvidos sua responsabilidade pela recuperação da economia global. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a presidente Dilma Rousseff



Observatório de Política Externa Brasileira

repete as perorações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, contra o que ele chama de guerra cambial, movida pelas autoridades do mundo rico e erra ao cobrar do presidente estadunidense uma alteração da política monetária. As ações do *Federal Reserve* estão fora da alçada da Casa Branca.

Na opinião do periódico, também no campo da política, a viagem rendeu pouco. Retomou-se, mais uma vez, a questão da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da pretensão brasileira a um assento permanente. O entusiasmo do governo estadunidense em relação a alterações no Conselho de Segurança continua mínimo e isso é especialmente compreensível quando se trata da pretensão brasileira. A presidente Dilma Rousseff também insistiu na participação de Cuba nos eventos diplomáticos do hemisfério, como a Cúpula das Américas. Houve referências à possível participação estadunidense em projetos brasileiros de infraestrutura e na exploração do Pré-sal.

Segundo o diário, a visita serviu apenas, para mostrar uma evolução nas relações bilaterais, agora menos tensas do que no período do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas adverte que essa melhora pouco valerá sem uma agenda econômica mais ambiciosa e muito mais pragmática.

O jornal *Folha de S. Paulo* também comentou a viagem da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, no entanto, diferentemente do jornal *O Estado de S. Paulo*, apontou que a visita da mandatária brasileira não alterará as relações entre os dois países, segundo o jornal, marcadas por marasmo diplomático, apesar dos bem-vindos gestos de aproximação da presidente. O periódico afirma que não há conflitos frontais entre Estados Unidos e Brasil, pelo contrário, há laços econômicos e valores culturais compartilhados. Politicamente, no entanto, o jornal adverte que os dois países discordam quanto à intervenção nas questões internas de terceiros. Por outro lado, o Brasil tem chamado a atenção de empresários americanos que advogam para a facilitação da entrada de brasileiros nos Estados Unidos e ainda continuam investindo no Brasil.



Observatório de Política Externa Brasileira

Apesar dessas aproximações econômicas, o jornal *Folha de S. Paulo*, conclui que há setores, como o agrícola, que ainda são causa de diversas contestações e discordâncias. Por fim, o periódico aponta que os governos de Brasil e Estados Unidos se mostram incapazes de criar um programa oficial que amplie intercâmbios, que contorne as ruínas de acordos, ou impasses, em instituições multilaterais, seja nas Nações Unidas, no Fundo Monetário Internacional (FMI) ou na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Neste sentido, o Jornal *Correio Braziliense* comentou o compromisso obtido pela presidente Dilma Rousseff de seu homólogo estadunidense Barack Obama de reduzir a burocracia para a emissão de visto para a entrada de brasileiros no país norte-americano. De acordo com o diário, a exigência do visto para os brasileiros é uma afronta, na medida em que cidadãos de 36 países são dispensados do documento para entrar nos Estados Unidos, contemplados pelo programa Global Waiver, privilégio negado a segunda maior democracia do continente americano, o que leva a crer que o país norte-americano considera os brasileiros como cidadãos de segunda classe, embora seja uma das nacionalidades que mais gasta em viagens turísticas aos Estados Unidos, movimentando a combatida economia daquele país

Demais acordos de cooperação celebrados entre Brasil e Estados Unidos foram temas abordados em nota pela revista *Veja*. O semanário apontou que foram assinados dez acordos de cooperação, e destacou o que regulamenta o comércio de duas bebidas alcoólicas nos Estados Unidos, a cachaça e o bourbon. Com o acordo, cachaça poderia apenas ser comercializada com esse nome se for importada do Brasil e o bourbon dos Estados Unidos. O semanário defende que o acordo pode abrir o mercado estadunidense para o produto brasileiro.

Ainda enfatizando a política externa brasileira em relação aos Estados Unidos, o jornal *Folha de S. Paulo* comentou a vinda da secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, ao Brasil. De acordo com o periódico, a visita ofereceu uma imagem mais adequada dos relativos avanços na relação entre os dois países do que indicava o pouco ambicioso encontro entre a



Observatório de Política Externa Brasileira

presidente Dilma Rousseff e seu colega Barack Obama em Washington, uma vez que é crescente a importância econômica do Brasil para os Estados Unidos.

Entre os BRICS, grupo de países formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o país sul-americano tem a maior parcela de investimento externo direto na economia estadunidense. Além disso, as importações de produtos dos Estados Unidos pelo Brasil triplicaram desde 2004, e o explosivo consumo de brasileiros que vão àquele país é bem-vindo neste período de crise. Para o diário, não foi sem motivo que Hillary veio ao Brasil para discursar a empresários locais, embora sua sugestão de um acordo de livre-comércio não tenha animado a indústria nacional.

Na avaliação do periódico, o Brasil também se beneficia, neste momento, de uma imagem internacional positiva. Não é prejudicial ao governo Obama associar-se, ainda que sem grande ênfase, a uma nação que é tida como exemplo de combate à pobreza e de crescimento, mesmo que moderado, com adoção de políticas econômicas sensatas. O Brasil é a mais bem-sucedida democracia entre as grandes nações emergentes. E a ordem democrática sempre foi tomada por Washington como um fator de estabilidade nas relações internacionais. Para o diário, a relação entre os dois países vive um momento de pragmático casamento de conveniência. É do interesse do Brasil reforçar esses laços com os Estados Unidos sem ilusões de grandeza, mas com ambição para aproveitar as oportunidades que ora se apresentam.

As diferentes maneiras como os veículos de mídia abordaram um evento de suma importância para a política externa brasileira que é a visita da presidente Rousseff aos Estados Unidos denotam seus posicionamentos políticos sobre essa questão. O aspecto que mais se destaca ao analisarmos o que foi publicado é a opção da revista *Veja* por ignorar a relevância da visita. A única menção realizada pelo semanário foi uma breve nota com uma citação muito pontual da decisão sobre a regulamentação do comércio de Bourbon e de Cachaça no Brasil e nos Estados Unidos, enquanto todo o restante do encontro foi omitido.



Observatório de Política Externa Brasileira

BRICS

Ao tratar da declaração final do encontro dos BRICS, assinada no dia 29 de março, a revista *Carta Capital* destacou algumas das decisões tomadas, como a promoção do uso das moedas nacionais dos cinco países membros do bloco nas negociações de crédito, comércio e investimento, e a criação de um grupo de estudo objetivando viabilizar um Banco de Desenvolvimento do grupo. O semanário destacou que o Brasil defende o desenvolvimento da poupança e da renda desses países como fonte do crescimento global, ao invés do mero consumo de produtos provindos dos países desenvolvidos, referenciados como o “antigo ‘Primeiro Mundo’”.

A revista defendeu que, por meio da abordagem brasileira, os conceitos de “Primeiro Mundo”, “centro” e “periferia” perderão o sentido se os BRICS tornarem-se o centro da economia mundial. O semanário *Carta Capital* advogou que a possibilidade de excessiva centralização do comércio na China poderia ser um risco ao bloco. Em contrapartida, apontou que a existência do grupo pode representar um contrapeso importante para a superpotência emergente .

A Cúpula das Américas

A 6ª edição da Cúpula das Américas realizada em Cartagena, na Colômbia, foi motivo de comentário por parte dos editoriais dos jornais analisados pelo Observatório. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, anfitrião do encontro, abriu a conferência lamentando a exclusão de Cuba, um resquício, segundo ele, da Guerra Fria.

A presidente brasileira Dilma Rousseff defendeu a readmissão da ilha, que está vivendo momento muito delicado. Rousseff argumentou que por estar em período de transição, Cuba precisava da solidariedade continental. Obama manteve-se intransigente.



Observatório de Política Externa Brasileira

A presidente Dilma Rousseff foi criticada pelo periódico *O Estado de S. Paulo* porque, mais uma vez, protestou, diante do presidente Barack Obama, contra a grande emissão de dinheiro feita pelos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa. De acordo com o jornal, queixou-se, de novo, à pessoa errada. E quando a imprensa lhe pediu um comentário sobre a mudança na política cambial chinesa, ela disse desconhecer o assunto. Não estava acompanhando, segundo explicou.

De acordo com o diário *Correio Braziliense*, a reunião foi encerrada em tom melancólico, sem a elaboração de uma Declaração Final e com abandono da reunião por alguns mandatários. O motivo foi a resistência estadunidense de aceitar o retorno de Cuba aos encontros continentais. Mas a explicação mais plausível para o paupérrimo resultado da reunião, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* é de outra ordem. Falta aos governos do hemisfério uma agenda pragmática para a discussão de interesses comuns. Sem essa agenda, velhas diferenças políticas tendem a dificultar a ação conjunta e a minar a cooperação. A questão cubana é apenas um dos focos de divergências.

Para o diário, a reunião na Colômbia ainda teria alguma utilidade, se os governantes e diplomatas fossem capazes de extrair de seu fracasso uma lição simples: esforços de integração só produzem resultados se seus objetivos forem muito claros. Na opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*, sem uma agenda séria, a próxima Cúpula das Américas, marcada para ocorrer em 2015, no Panamá, será outra inútil e constrangedora perda de tempo.

Contraopondo-se ao posicionamento dos diários, a revista *Carta Capital* analisou a Cúpula das Américas positivamente, apontando para um amadurecimento da política externa brasileira. O semanário advogou que devido às medidas no campo da política externa brasileira e latino-americana com o intuito de reduzir a dependência financeira aos bancos e organismos multilaterais controlados pelos Estados Unidos desde 2003, os EUA têm perdido sua capacidade de atuação na América Latina no campo diplomático, a despeito de manterem grande peso econômico e militar para esses países.



Observatório de Política Externa Brasileira

Para o semanário, apesar de os Estados Unidos terem construído historicamente sua influência sobre a América Latina e demonstrado a importância que ela possui para o país, a última Cúpula das Américas mostrou que o Brasil e os países latino-americanos desenvolveram alternativas estratégicas independentes dos Estados Unidos – como a Unasul e o BRICS – que têm gerado resultados contundentes. Destarte, com base nos exemplos de mudanças de curso de ação do governo estadunidense em virtude de pressões e disputas internas, haveria a necessidade de os EUA adotarem uma política externa mais coerente para região antes que o afastamento diplomático torne-se permanente.

Pode-se notar uma posição coerente do jornal *O Estado de S. Paulo* que utiliza o mesmo argumento de oposição os BRICS, que apontou no mês passado, ao abordar a Cúpula das Américas. A opinião de que é importante haver um tema e objetivo muito claros para os projetos de integração tem se mantido e é um argumento utilizado até mesmo para justificar a baixa importância que, na opinião do periódico, o Mercosul tem para o Brasil, tendo em vista que os objetivos básicos do bloco não tem sido cumpridos.

É digno de nota como a falta de uma declaração final do encontro foi encarada de formas diferentes por cada veículo analisado por esse Observatório. Enquanto os jornais *O Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* parecem lamentá-la, a revista *Carta Capital* pendeu para a posição de que o encontro demonstrou a independência do Brasil e dos países latino-americanos frente aos Estados Unidos nas negociações diplomáticas. Vale lembrar que a Cúpula das Américas foi uma iniciativa criada pelo governo dos Estados Unidos, em 1994, com o intuito primeiro de negociar a Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA). Com a rejeição do projeto, o encontro perdeu parte de sua força, e hoje, ainda está em busca de uma agenda.



Observatório de Política Externa Brasileira

Brasil e a Crise Econômica Internacional

A presidente Dilma Rousseff continua acusando os bancos centrais da Europa e dos Estados Unidos de causar um tsunami monetário e provocar, com isso, uma perigosa valorização do real, derrubando o poder de competição dos produtores brasileiros. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, esse persistente protesto causa pouca ou nenhuma impressão no FMI, pois para este importante foro global de política econômica é preciso atribuir aquela valorização a outras causas, segundo disse a diretora da instituição, Christine Lagarde, tais como os elevados juros brasileiros, o gasto público excessivo e as oportunidades de lucro maior do que em muitos outros países. Além disso, as próprias empresas brasileiras têm alimentado esse fluxo.

Os técnicos do FMI, além de darem pouca atenção ao tsunami apontado pelas autoridades brasileiras, ainda recomendam abertamente políticas contrárias àquelas defendidas pela presidente Rousseff e por seu ministro da Fazenda. As autoridades brasileiras deveriam refletir sobre esse conflito de opiniões e seu significado prático.

De acordo com o diário, o governo brasileiro daria uma demonstração de realismo se levasse em conta aquelas recomendações, bem como a enorme dificuldade de mudar, em curto prazo, as políticas monetárias nos países mais desenvolvidos. Brasília obteria resultados muito melhores se abrandasse a retórica sobre o câmbio e sobre a maldade dos países ricos e cuidasse mais seriamente dos outros fatores – todos bem conhecidos, segundo o diário – de competitividade.

Além do discurso sobre a questão cambial, adotado pelo governo de Dilma Rousseff como principal bandeira externa contra os distúrbios advindos da crise econômica internacional, em plano interno, a gestão de Rousseff vem adotando medidas de proteção ao setor industrial para aumentar a competitividade das indústrias brasileiras frente à crise, política que tem sido alvo de críticas na opinião dos veículos de informação observados.



Observatório de Política Externa Brasileira

Em reportagem publicada no dia 11 de abril, a revista *Carta Capital* abordou o novo pacote de medidas do governo brasileiro que visa imputar maior competitividade às indústrias brasileiras. Segundo o semanário, as medidas representam uma resposta ao incerto cenário internacional – com as crises estendidas na Zona do Euro e o baixo crescimento de importantes países como Estados Unidos e Japão – no qual as indústrias brasileiras não têm sido capazes de competir com os produtos importados e o país tem sofrido os efeitos econômicos da falta de competitividade.

Inseridas no contexto do Plano Brasil Maior, as medidas possuem caráter de desonerações e incentivos fiscais, organizadas tanto em ações que oferecem benefício a setores com grande capacidade de gerar empregos no país quanto em ações de caráter estrutural. Dentre as medidas, o semanário destacou a desoneração da folha de pagamento de mais de onze setores e benefícios para o setor de tecnologia da informação, o aumento de caixa do BNDES e a nova política para o setor automobilístico.

O questionamento central da revista *Carta Capital* foi se essas ações seriam o suficiente para conter a queda de competitividade industrial nacional. A resposta apresentada foi mais positiva, porém defendeu-se que há outras medidas mais eficientes. Com o intuito de justificar sua posição, o semanário apresentou a opinião de um economista do Instituto de Economia da Unicamp e membro de um *Think Tank* de caráter desenvolvimentista.

Por sua vez, em sua carta editorial, a revista *Veja* defendeu que as medidas adotadas pelo governo brasileiro para estimular as indústrias nacionais frente ao cenário externo de crise foram as piores e mais dispendiosas escolhas existentes ao país. Na opinião do semanário, o plano pode apresentar um alívio momentâneo para a economia, porém não será capaz de remover problemas estruturais amplos.

As medidas adotadas ignorariam a incapacidade das indústrias brasileiras de competirem em mercados externos, tendo em vista que possuem elevados preços de insumos de produção. Para o semanário *Veja*, as indústrias brasileiras não serão capazes de competir externamente enquanto obtiverem



Observatório de Política Externa Brasileira

um dispêndio de produção três vezes maior do que a de seus adversários internacionais. A revista apontou que as medidas fazem parte de uma ilusão e crueldade fiscal do governo e que o preço desses subsídios será pago pelos impostos.

A revista *Veja* defendeu que o plano de medidas adotado pelo governo brasileiro como resposta ao cenário econômico internacional conturbado foi muito acanhado e representou outra medida de caráter protecionista capaz de isolar ainda mais o Brasil do mercado internacional. O pacote faz parte do Plano Brasil Maior e teria o objetivo de ampliar a competitividade das indústrias brasileiras no mercado internacional, diminuindo o custo fiscal sobre o setor produtivo e estimulando empregos e investimentos. Na opinião do semanário, as reduções fiscais foram apenas simbólicas e a injeção de R\$ 45 bilhões no BNDES representa um subsídio às escondidas. A revista *Veja* defendeu que o Brasil é o país mais protecionista do mundo, ao considerar-se a porcentagem em relação ao PIB da importação de bens e serviços.

Outro fator que, na opinião do periódico, demonstra a postura fechada aos produtos externos do governo Rouseff é a adoção de uma medida preliminar de defesa comercial por mês – que são medidas que não requerem a conclusão de investigação para proteger o setor ameaçado. Para o semanário, a visão do governo brasileiro de se opor a excessiva entrada de produtos importados supérfluos é irreal, tendo em vista que as estatísticas demonstram que o Brasil pouco tem importado.

A revista pergunta se o Brasil é protecionista ou se estaria apenas defendendo-se de movimentos especulativos externos e responde afirmando ser difícil entender os ganhos de fechar ainda mais a economia do país. Para defender o argumento de que economias abertas possuem mais vantagens no cenário internacional, a revista *Veja* fez uso da opinião do Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV.

É interessante notar o uso que os semanários *Veja* e *Carta Capital* fazem das opiniões de terceiros para justificar seus posicionamentos. A escolha desses intelectuais citados ou dos institutos tende a ser orientada por



Observatório de Política Externa Brasileira

aqueles que tenham um posicionamento político semelhante ao delas. Basta que se avalie, de maneira geral, o caráter das pesquisas e opiniões do Centro de Economia da FGV ou do Instituto de Economia da Unicamp, ambos posicionados em espectros políticos diferentes na sociedade, convergentes com as posturas dos periódicos, respectivamente, *Veja* e *Carta Capital*.

Referências:

- Carta Capital – A Semana: **Da periferia ao centro** – 04/04/2012
Carta Capital – Seu País: **Um pouco mais de oxigênio** – 11/04/2012
Carta Capital – Nosso Mundo: **O Pato Donald pode ficar de fora** – 18/04/2012
Correio Braziliense – Opinião: **Inclusão de Cuba se impõe** – 17/04/2012
Correio Braziliense – Opinião: **A Disney de Obama é aqui** – 15/04/2012
Folha de S. Paulo – Editorial: **Déficit de Ambição** – 09/04/2012
Folha de S. Paulo – Opinião: **Casamento conveniente** – 19/04/2012
O Estado de S. Paulo – Notas e Informações: **Diplomacia da cachaça** – 11/04/2012
O Estado de S. Paulo – Notas e Informações: **Fracasso em Cartagena** – 17/04/2012
O Estado de S. Paulo – Notas e Informações: **O FMI e o tsunami** – 18/04/2012
Veja – Panorama Holofote: **Um brinde com cachaça e Bourbon** – 11/04/2012
Veja – Carta ao Leitor: **A ilusão fiscal de Brasília** – 11/04/2012
Veja – Economia: **Um plano de pouco brilho** – 11/04/2012